

Política

CRISE

4 ANOS

“Temo que isso não seja a melhor solução para o País”



O ministro da Marinha, Henrique Sabóia, está preocupado com as eleições. Mas cresce o movimento para adia-las para 89.

O mandato presidencial não é uma coisa que diga respeito ao ministro da Marinha. O próprio almirante Henrique Sabóia reconheceu isso ontem. Mas sua preocupação com a possibilidade da Constituinte fixar o mandato em quatro anos é “grande”:

— Temo que essa não seja a melhor solução para o Brasil. Sabóia argumentou que a campanha presidencial coincidiria com a elaboração das leis complementares pelo Congresso e com o trabalho de elaboração das novas Constituições estaduais pelas Assembleias Legislativas. Fora a revisão das leis eleitorais e partidárias.

— Não vou dizer que a eleição possa comprometer a institucionalização do País, mas pode tornar as coisas mais difíceis.

O ministro, porém, não teria motivos de preocupação se visse o que está acontecendo no Congresso Constituinte. Ontem mesmo o deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) anunciou que já conseguiu mais de 200 assinaturas para a emenda de sua autoria estabelecendo eleições presidenciais em 1989 — cinco anos a Sarney.

O Centrão está mobilizando forças para aprovar duas emendas: a da Iensen e outra do senador Edison Lobão (PFL-MA), que além dos cinco anos estabelece a volta ao presidencialismo.

A euforia dos moderados é tanta que o ministro Prisco Viana, da Habitação, previu em Londrina que o plenário votará os

Parlamentares do Centrão entregaram ontem um documento ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, revelando a disposição de não comparecer ao plenário para votação de hoje, caso não haja garantias ao livre funcionamento da casa, “ameaçada por grupos organizados que não desejam permitir a votação livre e soberana da Constituição”. Os deputados Amaral Neto (PDS-RJ) e Roberto Jefferson chegaram a pedir através de emendas de plenário a cessação de tropas federais para garantir a segurança dos constituintes.

Mas no final da tarde a Mesa da Constituinte comunicou que foram rejeitadas as emendas dos dois de-

putados. Será apenas solicitado ao governador do Distrito Federal, José Aparecido, que coloque 50 PMS diariamente à disposição da Constituinte, para reforçar a segurança feita por funcionários da Câmara e do Senado. Caberá ao presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, requisitar os policiais ao governador do DF. Ele informou que os 50 policiais militares ficarão fora do prédio do Congresso sendo acionados no caso de haver distúrbio dentro do plenário.

— Uma Constituição votada nos termos e condições em que se de-

putados. Será apenas solicitado ao governador do Distrito Federal, José Aparecido, que coloque 50 PMS diariamente à disposição da Constituinte, para reforçar a segurança feita por funcionários da Câmara e do Senado. Caberá ao presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, requisitar os policiais ao governador do DF. Ele informou que os 50 policiais militares ficarão fora do prédio do Congresso sendo acionados no caso de haver distúrbio dentro do plenário.

— Uma Constituição votada nos termos e condições em que se de-

putados. Será apenas solicitado ao governador do Distrito Federal, José Aparecido, que coloque 50 PMS diariamente à disposição da Constituinte, para reforçar a segurança feita por funcionários da Câmara e do Senado. Caberá ao presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, requisitar os policiais ao governador do DF. Ele informou que os 50 policiais militares ficarão fora do prédio do Congresso sendo acionados no caso de haver distúrbio dentro do plenário.

Ingovernável

Mais importante que tudo isso, na opinião do governador fluminense Moreira Franco — que ontem foi recebido por Sarney — é a realidade. E dela ninguém escapará, forçando a eleição em 88.

— O presidente Sarney perdeu todas as condições de governabilidade devido ao agrava-

mento da crise econômica, provocado pelos fracassos dos sucessivos planos de recuperação, não lhe restando outra alternativa a não ser preparar o caminho para a realização de eleições em 88. Elas são irreversíveis.

Em nome de vários governadores — que não citou pelo nome — Moreira Franco apelou a Sarney para que o governo federal aceite a realidade e não desencadeie um processo de retaliação.

Ele saiu do Palácio do Planalto com a garantia de que ao menos o Estado do Rio de Janeiro não será discriminado.

O governador pensa ainda

que o PMDB tem que preparar um programa executável para apresentar nos palanques, que seja fruto de uma ampla discussão com a sociedade. Algo simples, com dez pontos, como foi a campanha de Juscelino Kubitschek em 1955.

Moreira explica sua mudança de opinião pelo fato da realidade brasileira também ter mudado: “O plano do ministro Bresser Pereira foi a última bala de prata atirada pelo presidente Sarney para recuperar a economia. Não conseguindo, configurou-se um quadro de crise que

torna as eleições um processo irreversível”.

Na audiência, não poupou críticas a Bresser. “O pacote é intolerável. Ninguém agüenta mais.”

E esclareceu que quem pediu a audiência foi ele, sendo errada a versão de sua convocação a Brasília.

Avesso

Até mesmo um adepto convicto do líder peemedebista Mário Covas, o deputado Robson Marinho (PMDB-SP), acha que a situação das eleições em 88 “corre perigo. Há uma visível movimentação a favor dos cinco anos para Sarney”.

Paralelamente, há o movimento do PDS a favor das eleições gerais, para todos os níveis, se forem rejeitados os cinco anos de Sarney.

E até uma campanha ao estilo da de Leonel Brizola, mas ao avesso. Quem a anunciou foi o ex-governador Franco Montoro: se for eleito presidente da República pelo sistema presidencialista, no dia seguinte iniciará uma campanha em favor do parlamentarismo — tentando mudar o regime.

Montoro esteve ontem no Congresso Nacional para se apresentar como “possível candidato a presidente da República”. Ele pretende conversar hoje com o presidente Sarney e com seu ex-secretário Bresser Pereira sobre a dívida externa, assunto que mais o preocupa atualmente.

“não podemos ficar inertes”, disse Righi. O presidente da Constituinte ouviu com o semblante grave e balançando a cabeça afirmativamente.

Roberto Cardoso Alves comentou com os jornalistas ter falado a respeito das garantias com o governador de Brasília, José Aparecido, o qual lhe comunicara que o Congresso Nacional não estava sob sua jurisdição em termos de segurança, pois a responsabilidade é de tropas federais. O deputado Amaral Neto criticou várias vezes o líder sindical Jair Meneguelli e anunciou a contratação do senador e advogado Eurico Resende para processá-lo por suas declarações contra os constituintes.

Mesa rejeita o pedido de tropas para a votação

putados. Será apenas solicitado ao governador do Distrito Federal, José Aparecido, que coloque 50 PMS diariamente à disposição da Constituinte, para reforçar a segurança feita por funcionários da Câmara e do Senado. Caberá ao presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, requisitar os policiais ao governador do DF. Ele informou que os 50 policiais militares ficarão fora do prédio do Congresso sendo acionados no caso de haver distúrbio dentro do plenário.

— Uma Constituição votada nos termos e condições em que se de-

senrolou a última sessão da Constituinte, sob coação, desrespeito e agravos inaceitáveis, nascerá sob o signo da ilegitimidade e não será representativa da vontade soberana do povo que aqui representamos”, diz o texto entregue a Ulysses Guimarães. “Os integrantes do Centrão reuniram-se antes com o líder do governo, deputado Carlos Sant’Ana, que endossou os termos da nota e sua conclusão: “Sem as garantias solicitadas, não compactuaremos em nenhuma hipótese, através de nossa presença em plenário, para votar a Constituição,

com a falta de decoro e dignidade na Assembleia Constituinte”.

A nota foi levada a Ulysses pelos deputados Carlos Sant’Ana, Roberto Cardoso Alves, Roberto Jefferson, Amaral Neto, Ricardo Fiúza, Luiz Eduardo Magalhães, Gastone Righi, Expedito Machado, José Lourenço e Bonifácio de Andrade. Ulysses disse que as providências necessárias à segurança dos constituintes seriam adotadas em reunião a se realizar horas mais tarde com os integrantes da Mesa, e ouviu as reclamações dos integrantes do Centrão.

O líder Amaral Neto, um dos mais exaltados, citou as declarações do dirigente sindical Jair Meneguelli, publicadas pelo O Estado de S. Paulo, segundo o qual “os constituintes que votassem contra os trabalhadores seriam perseguidos e teriam suas casas pichadas”. Amaral disse já ter contratado segurança para sua casa a fim de proteger sua família “com ordem de atirar contra invasores”.

O líder do PTB, Gastone Righi, destacou a necessidade de mais segurança para a votação de hoje. “As coisas estão se agravando e

Visão militar: uma Constituição “moderada”.

Insistindo em que a Nação espera uma Carta “moderada”, o comandante militar do Sul, general Edison Boscacci Guedes, afirmou que “o povo brasileiro rejeita os extremos, de esquerda ou de direita”. Nesse mesmo tom, o ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, disse esperar que os constituintes elaborem uma Carta equilibrada, de centro, “que se situe exatamente na linha daquilo que a sociedade brasileira deseja”. Os dois deram entrevista ontem, no aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre.

Para Henrique Sabóia, “o povo brasileiro quer uma Constituição que respeite as tradições e aquilo que está arraigado no espírito nacional”. Mas o ministro não quis dar exemplos dessas tradições ou sentimentos, porque isso “poderia parecer interferência” na Constituinte. Observou, porém, que os “eleitos para fazer a Constituição devem ter esta sensibilidade e captar o que o povo de fato aspira. Henrique Sabóia acrescentou que “uma Constituição só é duradoura, só é aceita como um todo, se representar de fato aquilo que a sociedade aspira. Senão, não é representativa do que a sociedade deseja”.

Para o comandante militar do Sul, general Edison Boscacci, não apenas os militares mas “todo brasileiro consciente espera que eles (os parlamentares) saibam fazer uma Constituição equilibrada, que possa trazer aquilo que todos esperamos, que é o bem-estar social do povo”.

Indagado sobre a importância do esforço que o Centrão vem desenvolvendo, o general Edison Boscacci insistiu na conveniência da elaboração de uma Carta “que possa trazer equilíbrio e bem-estar ao povo. Esta é a Constituição que nós queremos, e é para isso que eles estão se esforçando. A impressão que nós temos, nós que estamos observando e que estamos na expectativa, é que se busca justamente isso, uma Constituição equilibrada, dentro do regime democrático que estamos vivendo, e que possa trazer esse equilíbrio social que tanto desejamos”.

Sempre frisando que a nova Carta dever ser “moderada”, o general observou que todos desejam “viver em liberdade e trabalhar. Os próprios industriais, os empresários, não vivem dizendo isso? Eles querem uma Constituição equilibrada, que eles possam trabalhar, investir e desenvolver este país”.

Mandato

Sobre a perspectiva de uma nova Constituição ainda demorar vários meses para ser promulgada, o comandante militar do Sul frisou: “A expectativa de todos era a de que em novembro ela estivesse pronta. Mas os próprios constituintes ponderaram que um assunto desta natureza, da seriedade e da profundidade que é uma Constituição, tem que ser muito bem estruturado, muito bem estudado, muito bem dialogado. E aí o tempo foi se alongando. Mas não é parecer nosso, é parecer de todos, de que, o quanto antes saia a Constituição, tanto melhor”. Acrescentou que, com a nova Carta, “algumas coisas que estejam fora dos seus lugares vão entrar devidamente. Nós vamos ter uma perspectiva bem melhor no horizonte, no dia em que a Constituição for votada”.

Por outro lado, o general Edison Boscacci Guedes reiterou seu entendimento de que todos deverão respeitar as decisões da Constituinte, em relação à duração do mandato presidencial e do sistema de governo. Para ele, uma campanha eleitoral para a Presidência da República, no próximo ano, não irá “perturbar a via normal do País”. Na sua opinião, deverá ser “uma campanha normal, democrática, e aí mais uma vez vamos ver a conscientização dos nossos políticos”.

Sobre o sistema de governo, o comandante militar do Sul comentou: “Nós já tivemos parlamentarismo anteriormente. Deu certo? Quem sabe vamos tentar novamente. Mas qualquer sistema de governo, parlamentarista ou presidencialista, é bom, desde que venha ao encontro dos interesses do povo. Agora, é adaptar esse governo ao nosso povo, à nossa maneira de ser, de agir, de trabalhar, para o povo ter o governo que mereça”.